

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – O PROCESSO DE CONHECIMENTO

1. Procedimento comum ordinário	19
1.1 Petição inicial	19
1.2 Distribuição	19
1.3 Citação	19
1.4 Questões repetitivas, unicamente de direito, já propostas por mais de uma vez no juízo e julgadas totalmente improcedentes (art. 285-A do CPC)	20
1.5 Resposta	20
1.6 Revelia	20
1.7 Providências preliminares	21
1.8 Julgamento conforme o estado do processo	21
1.8.1 Primeira opção legal	21
1.8.2 Segunda opção legal	21
1.8.3 Terceira opção legal	22
1.8.4 Quarta opção legal	22
1.9 Despacho saneador e instrução do feito	22
1.10 Audiência de instrução e julgamento (arts. 450 a 457 do CPC)	22
1.11 Processo eletrônico	22
1.12 Andamento do procedimento comum ordinário	23
1.13 Andamento das questões repetitivas	24
1.14 Andamento da audiência de instrução e julgamento no procedimento comum ordinário	25
2. Procedimento comum sumário	25
2.1 ^o Aplicação	25
2.2 Petição inicial	26
2.3 Designação de audiência de conciliação	26
2.4 Citação	26
2.5 Participantes do processo	26
2.6 Audiência de conciliação	26
2.7 Conversão para o rito ordinário	27
2.8 Audiência de instrução e julgamento	27
2.9 Opção pelo Juizado Especial Cível	27
2.10 Andamento do procedimento comum sumário	28

3.	Juizados Especiais Cíveis	29
3.1	Competência	29
3.2	Partes	29
3.3	Participantes	29
3.4	Procedimento	30
3.5	Sentença	31
3.6	Recurso	31
3.7	Execução	31
3.8	Juizados Especiais Federais	31
3.9	Andamento dos Juizados Especiais Cíveis.....	32
4.	Arbitragem	33
4.1	Conceito	33
4.2	Arbitragem fixada em contrato	34
4.3	Apontamentos	34
4.3.1	Constitucionalidade	34
4.3.2	Aplicação	34
4.3.3	Casos em que não cabe solução arbitral	35
4.3.4	A arbitragem em contratos de adesão	35
4.3.5	Arbitragem de ofertas finais	35
4.3.6	Arbitragem e Direito do Trabalho	35
4.3.7	Nulidades da sentença arbitral	35
4.3.8	Arbitragem e arbitramento	36
4.4	Andamento da Arbitragem I	36
4.5	Andamento da Arbitragem II – Estipulação em contrato	37
5.	Recursos – Conceitos gerais.....	37
5.1	Conceito	37
5.2	Recurso adesivo	38
5.3	Juízo <i>a quo</i> e juízo <i>ad quem</i>	38
5.4	Preparo	38
5.5	Efeito devolutivo ou suspensivo	38
5.6	Juízo de admissibilidade	39
5.7	Fungibilidade dos recursos	39
6.	Apelação (CPC, art. 513; prazo: 15 dias – art. 508)	39
6.1	Andamento da apelação.....	41
7.	Agravo (CPC, art. 522; prazo: 10 dias).....	41
7.1	Agravo retido	42
7.2	Andamento do agravo retido	43
7.3	Agravo de instrumento	43
7.4	Andamento do agravo de instrumento	45
7.5	Outros agravos	46

8. Embargos infringentes (CPC, art. 530; prazo: 15 dias – art. 508).....	46
8.1 Andamento dos embargos infringentes	47
9. Embargos de declaração (CPC, art. 535; prazo: 5 dias – art. 536)	47
9.1 Andamento dos embargos de declaração.....	48
10. Recurso ordinário (CPC, arts. 539, 540; prazo: 15 dias – art. 508).....	49
10.1 Andamento do recurso ordinário	50
11. Recurso especial (CF, art. 105, III; CPC, art. 541 a 546; prazo: 15 dias – art. 508) ..	51
11.1 Andamento do recurso especial	52
12. Recurso extraordinário (CF, art. 102, III; CPC, arts. 541 a 546; prazo: 15 dias – art. 508)	53
12.1 Andamento do recurso extraordinário	54
13. Complementação: recurso especial – recurso extraordinário	55
13.1 Embargos de divergência	55
13.2 Prequestionamento	55
13.3 Repercussão geral	55
13.4 Recursos repetitivos	56
13.5 Efeito devolutivo	57
13.6 Recurso adesivo	57
13.7 Recurso retido – Especial ou extraordinário	57
13.8 Andamento dos recursos especiais ou extraordinários repetitivos.....	59
13.9 Andamento dos recursos especial ou extraordinário retidos.....	60
14. Medidas assemelhadas aos recursos.....	61
14.1 Correição parcial	61
14.2 Reexame obrigatório	61
14.3 Pedido de reconsideração	62
14.4 Reclamação	62
14.4.1 Procedimento da reclamação no STF	63
14.5 Andamento da reclamação no STF.....	64
15. Liquidação de sentença.....	65
15.1 Primeira hipótese: liquidação por arbitramento (art. 475-C)	65
15.2 Segunda hipótese: liquidação por artigos (art. 475-E)	65
15.3 Terceira hipótese: não há liquidação (arts. 475-B e 475-G)	66
15.4 Andamento da liquidação de sentença	67
16. Cumprimento de sentença.....	68
16.1 Geral	68
16.2 Cumprimento por ato do próprio devedor	68
16.3 Cumprimento por execução (integrada)	69
16.4 Andamento da execução integrada (cumprimento de sentença)	71

16.5	Cumprimento por determinações do juiz	72
16.6	Cumprimento implícito. Obrigação de emitir declaração de vontade ...	72
16.7	Modalidades de cumprimento de sentença	73
17.	Cumprimento de outros títulos judiciais.....	73

CAPÍTULO II – PROCESSO DE EXECUÇÃO (Títulos extrajudiciais)

1.	Geral	75
2.	Execução por quantia certa contra devedor solvente	75
2.1	Os dois embargos do devedor	76
2.1.1	Embargos na fase inicial.....	76
2.1.2	Embargos na fase final	76
2.2	Procedimento dos embargos	77
2.3	Exceção de pré-executividade	77
2.4	Execução definitiva e execução provisória	77
2.5	Citação pelo correio	78
2.6	Andamento da execução autônoma (títulos extrajudiciais).....	78
3.	Obrigações alternativas.....	79
3.1	Andamento da execução de obrigação alternativa.....	80
4.	Execução para entrega de coisa certa	80
4.1	Execução para entrega de coisa incerta	81
5.	Execução de obrigação de fazer (títulos extrajudiciais)	81
5.1	Andamento da execução de obrigação de fazer (títulos extrajudiciais) .	83
5.2	Execução de obrigação de não fazer (títulos extrajudiciais)	84
6.	Suspensão e extinção do processo de execução	84
7.	Execuções especiais	84
7.1	Execução de prestação alimentícia	84
7.1.1	Prisão	86
7.1.2	Compensação	86
7.1.3	Competência	86
7.1.4	Morte do devedor	86
7.1.5	Penhora	87
7.2	Andamento da execução especial de alimentos.....	87
7.3	Execução contra a Fazenda Pública	88
7.4	Andamento da execução contra a Fazenda Pública.....	89
7.5	Execução fiscal	90
7.5.1	Procedimento	90
7.6	Andamento da execução fiscal.....	92
8.	Execução por quantia certa contra devedor insolvente – Insolvência civil .	93
8.1	Andamento da execução por quantia certa contra devedor insolvente...	95

CAPÍTULO III – PROCESSO CAUTELAR

1. Conceito	96
2. Características	97
2.1 Instrumentalidade	97
2.2 Autonomia	97
2.3 Cognição sumária	97
2.4 Provisoriedade e revogabilidade	97
2.5 Fungibilidade	97
2.6 Caução	97
3. Cautelares de caráter administrativo ou de jurisdição voluntária	98
4. Tutela antecipada e processo cautelar	98
5. Procedimento	98
6. Procedimento cautelar comum ou básico	99
6.1 Andamento cautelar comum ou básico	100
7. Procedimentos cautelares nominados ou específicos	100
7.1 Arresto (arts. 813 a 821).....	100
7.2 Sequestro (arts. 822 a 825).....	101
7.3 Caução	102
7.3.1 Processamento	102
7.4 Andamento do processo cautelar caução.....	103
7.5 Busca e apreensão (arts. 839 a 843)	104
7.6 Exibição (arts. 844 e 845)	104
7.7 Produção antecipada de provas (arts. 846 a 851).....	105
7.8 Alimentos provisionais (arts. 852 a 854).....	105
7.9 Arrolamento de bens (arts. 855 a 860).....	105
7.10 Justificação (arts. 861 a 866)	106
7.11 Protestos, notificações e interpelações (arts. 867 a 873).....	106
7.11.1 Procedimento	107
7.12 Homologação de penhor legal (arts. 874 a 876).....	107
7.12.1 Procedimento	107
7.13 Posse em nome do nascituro (arts. 877 e 878).....	108
7.14 Atentado (arts. 879 a 881).....	108
7.14.1 Procedimento	109
7.15 Protesto e apreensão de títulos (arts. 882 a 887)	109
8. Outras medidas provisionais (arts. 888 e 889)	110
9. Medidas cautelares.....	110

CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

A. Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	111
1. Ação de consignação em pagamento	111
1.1 Cabimento	111
1.2 Legitimidade ativa	111
1.3 Legitimidade passiva	112
1.4 Competência	112
1.5 Procedimento do Código de Processo Civil	113
1.5.1 Fase extrajudicial	113
1.5.2 Fase judicial	114
1.5.2.1 Dúvida quanto ao credor	115
1.6 Andamento na ação de consignação em pagamento	116
1.7 Procedimento da consignação de aluguéis (Lei 8.245/1991)	117
1.8 Ação de consignação em pagamento nas locações de imóveis urbanos.	119
2. Ação de depósito	120
2.1 Cabimento	120
2.2 Legitimidade ativa	120
2.3 Legitimidade passiva	120
2.3.1 O falido	121
2.3.2 O depositário judicial	121
2.4 Procedimento	122
2.5 Inconstitucionalidade da prisão do depositário infiel	124
2.6 Andamento da ação de depósito	125
2.7 Alienação fiduciária: ação autônoma de busca e apreensão e sua conversão em ação de depósito	126
2.7.1 A ação autônoma de busca e apreensão	127
2.7.2 Conversão em ação de depósito	128
2.7.3 A prisão do devedor fiduciante	128
2.8 Andamento da alienação fiduciária: ação autônoma de busca e apreensão conversível	129
3. Ação de anulação e substituição de títulos ao portador	130
3.1 Cabimento	130
3.2 Competência	131
3.3 Legitimidade ativa	131
3.4 Legitimidade passiva	131
3.5 Procedimento para anulação e substituição de título completamente destruído ou perdido	131
3.6 Procedimento para anulação e substituição de título parcialmente destruído	132
3.7 Ação de anulação de cambiais e cambiariformes (art. 36 do Decreto 2.044/1908)	132
3.8 Andamento da ação de anulação e substituição de títulos ao portador (título completamente destruído ou extraviado)	134

3.9	Andamento da ação de anulação e substituição de títulos ao portador (título parcialmente destruído).....	135
3.10	Andamento da ação de anulação de cambial e cambiariformes (notas promissórias, letras de câmbio, cheques, duplicata, conhecimento de depósito, <i>warrants</i> , cédula de crédito à exportação etc.).....	136
4.	Ação de prestação de contas	137
4.1	Legitimidade: quem deve prestar contas e quem pode exigí-las	137
4.2	Interesse de agir.....	138
4.3	Competência.....	138
4.4	Como devem ser apresentadas as contas: forma mercantil.....	138
4.5	Ação de exigir contas – Procedimento (art. 915 do CPC).....	139
4.5.1	A primeira fase	139
4.5.2	A segunda fase.....	139
4.6	Andamento da ação de exigir contas	141
4.7	Ação de dar contas – Procedimento (art. 916 do CPC).....	142
4.8	Andamento da ação de dar contas	143
5.	Ações possessórias	144
5.1	Cabimento e características especiais.....	144
5.1.1	Força nova e força velha. Procedimento especial e procedimento ordinário	144
5.1.2	Proibição da exceção de domínio.....	145
5.1.3	Fungibilidade das ações possessórias.....	146
5.1.4	A cumulação de pedidos	146
5.1.5	Ação dúplice.....	146
5.2	Legitimidade	146
5.2.1	Quando a qualificação é difícil ou impossível.....	147
5.2.2	Os cônjuges do autor e do réu devem participar da ação possessória?	148
5.3	Procedimento na ação de manutenção ou de reintegração de posse..	148
5.4	Procedimento do interdito proibitório	149
5.5	Andamento das ações de manutenção de posse, reintegração de posse e do interdito proibitório.....	150
6.	Ação de nunciação de obra nova (embargo de obra nova)	151
6.1	Obra nova – Conceito.....	151
6.2	Legitimidade passiva.....	152
6.2.1	Quem é o vizinho?	152
6.2.2	O Poder Público	152
6.3	Legitimidade ativa (art. 934)	153
6.3.1	O Ministério Público tem legitimidade ativa para a ação nunciatória?	154
6.4	Os pedidos	154

6.5	Procedimento	154
6.5.1	Fase extrajudicial (opcional) e o embargo verbal	154
6.5.2	Ação propriamente dita.....	156
6.6	Andamento do embargo extrajudicial de obra nova.....	159
6.7	Andamento da ação de nunciação de obra nova	160
7.	Ação de usucapião de terras particulares	161
7.1	Usucapião – Noções	161
7.2	As sete espécies de usucapião e seus requisitos específicos	163
7.2.1	Usucapião ordinário – Com justo título e boa-fé.....	163
7.2.2	Usucapião extraordinário – Sem justo título e sem boa-fé.....	163
7.2.3	Usucapião especial rural constitucional.....	163
7.2.4	Usucapião especial urbano constitucional.....	163
7.2.5	Usucapião urbano coletivo.....	164
7.2.6	Usucapião expropriatório ou “pro labore”.....	164
7.2.7	Usucapião das servidões aparentes ¹	165
7.3	Legitimidade ativa	166
7.4	Legitimidade passiva	166
7.5	Competência.....	166
7.6	O impedimento: pendência de possessória	166
7.7	Procedimento	166
7.7.1	Os fundamentos do pedido	167
7.7.2	A documentação	167
7.7.3	Os chamamentos legais iniciais.....	167
7.7.4	Procedimento ordinário	168
7.8	Andamento da ação de usucapião de terras particulares.....	169
8.	Ação de demarcação de terras particulares	170
8.1	Legitimidade ativa	170
8.2	Legitimidade passiva	170
8.3	Competência.....	171
8.4	Procedimento	171
8.4.1	A inicial	171
8.4.2	A citação.....	171
8.4.3	A resposta.....	172
8.4.4	Perícia obrigatória	172
8.5	Andamento da ação de demarcação de terras particulares	175

1. “A servidão não aparente não se adquire pelo decurso do tempo, com título e boa-fé, ou sem esse predicamento, isto é, nem por usucapião ordinário nem extraordinário, porque a ela não se ajusta a ideia de posse, que é exercício de um poder de fato, manifestando-se por sinal exterior, que exprime a sua continuidade incontestada” (Clóvis Beviláqua, *Direito das coisas*, vol. 1, 5. ed. atualizada por José de Aguiar Dias, Rio de Janeiro: Forense, s/d, p. 300).

9.	Ação de divisão de terras particulares.....	176
9.1	Ação reivindicatória acessória	176
9.2	Legitimidade ativa	176
9.3	Legitimidade passiva	177
9.4	Competência.....	177
9.5	Procedimento	177
9.5.1	A inicial	177
9.5.2	A citação.....	178
9.5.3	A resposta.....	178
9.5.4	Processamento da 1. ^a fase	179
9.5.5	Processamento da divisão material – 2. ^a fase	179
9.5.6	Apelações	181
9.6	Andamento da ação de divisão de terras particulares.....	181
10.	Inventário, partilha e arrolamentos.....	182
10.1	Noções gerais.....	182
10.1.1	Inventário negativo	184
10.1.2	Procedimento contencioso?	184
10.2	Inventário judicial – Noções gerais, pressupostos e andamento	185
10.2.1	Legitimidade para requerer o inventário ou arrolamento	185
10.2.2	Competência	185
10.2.3	Questões de alta indagação	186
10.2.4	Partilha ou adjudicação.....	186
10.2.5	O procedimento de inventário	186
10.2.5.1	As primeiras declarações.....	186
10.2.5.2	Sonegados	187
10.2.5.3	Sobrepartilha.....	187
10.2.5.4	Os chamamentos legais.....	187
10.2.5.5	As colações e oposições	188
10.2.5.6	Os preteridos.....	189
10.2.5.7	A avaliação	189
10.2.5.8	As últimas declarações	189
10.2.5.9	O cálculo dos impostos.....	190
10.2.5.10	Habilitação de crédito para pagamento das dívidas .	190
10.2.5.10.1	Qual o momento do pagamento aos credores?	191
10.3	A partilha judicial – Noções	191
10.4	A partilha judicial – Procedimento	192
10.5	Partilha judicial amigável	193
10.6	Arrolamento sumário.....	193
10.7	Arrolamento comum	194
10.8	Partilha em vida.....	195
10.8.1	Escritura pública de doação	196
10.8.2	Testamento	196

10.9	Inventário e partilha extrajudicial	196
10.10	Sucessão especial da Lei 6.858/1980	197
10.11	Temas gerais	197
10.11.1	Meação	197
10.11.2	Sobrepertilha.....	197
10.11.3	Anulação e rescisão.....	198
10.11.4	Herdeiro casado	198
10.11.5	Nomeação de curador especial	199
10.11.6	Cumulação de inventários e sucessão por transmissão	199
10.12	Andamento do inventário e partilha.....	200
10.13	Andamento do arrolamento comum	201
10.14	Andamento do arrolamento sumário.....	202
11.	Embargos de terceiro.....	203
11.1	Noções gerais.....	203
11.2	O prazo para embargar	203
11.3	Competência.....	204
11.4	Legitimidade ativa: terceiro, quem é?	204
11.5	Legitimidade passiva.....	205
11.6	Procedimento	206
11.7	Andamento dos embargos de terceiro	207
12.	Habilitação	207
12.1	Noções gerais.....	207
12.2	Legitimidade ativa	209
12.3	Legitimidade passiva.....	209
12.4	Competência e andamento	210
12.5	Andamento da habilitação.....	211
13.	Ação de restauração de autos	212
13.1	Noções gerais.....	212
13.2	Competência.....	212
13.3	Legitimidade ativa e passiva	213
13.4	Procedimento.....	213
13.5	Andamento da restauração de autos.....	216
14.	Ação de apreensão e execução na venda com reserva de domínio	217
14.1	Noções gerais.....	217
14.2	Competência.....	218
14.3	Legitimidade ativa e passiva	218
14.4	Condição de procedibilidade	218
14.5	Procedimento.....	219
14.5.1	Purgação da mora.....	219
14.5.2	Contestação.....	219
14.5.3	Revelia.....	220

14.6	Andamento da ação de apreensão e execução na venda com reserva de domínio.....	221
15.	Ação monitória.....	222
15.1	Noções gerais.....	222
15.2	Competência.....	223
15.3	Legitimidade ativa e passiva	223
15.4	Condição de procedibilidade e o pré-juízo.....	223
15.5	Procedimento.....	224
15.6	Andamento da ação monitória	226
B.	Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária (arts. 1.103 a 1.210)	227
B.1	Conceitos	227
B.2	Andamento especial básico de jurisdição voluntária	228
1.	Alienações judiciais	229
1.1	Aplicação	229
1.2	Procedimento	229
1.3	Andamento das alienações judiciais	230
2.	Separação judicial consensual (arts. 1.120 a 1.124)	231
2.1	Procedimento	231
2.2	Andamento da ação de separação judicial consensual	232
2.3	Andamento da ação de separação judicial consensual – Procedimento da prática	233
2.4	Andamento da ação de divórcio direto consensual – Procedimento da prática	234
2.5	Separação ou divórcio consensuais por escritura pública	234
2.6	Andamento da escritura de separação ou divórcio direto consensual	235
3.	Testamentos (arts. 1.125 a 1.141)	236
3.1	Vocabulário dos testamentos	236
3.2	Testamento cerrado e testamento público. Procedimento (arts. 1.125 a 1.127).....	237
3.3	Andamento – Abertura, registro e cumprimento de testamento cerrado	238
3.4	Confirmação de testamento particular (arts. 1.130 a 1.133). Testamentos militar, marítimo, nuncupativo, codicilos e aeronáutico.....	239
3.5	Andamento – Confirmação de testamento particular.....	240
4.	Herança jacente (arts. 1.142 a 1.158)	241
4.1	Conceito	241
4.2	Procedimento	241
4.3	Andamento – Herança jacente.....	242
5.	Bens de ausentes (arts. 1.159 a 1.169).....	243
5.1	Conceito	243

5.2	Procedimento	243
5.2.1	Primeira etapa – Curatela do ausente	243
5.2.2	Segunda etapa – Sucessão provisória	243
5.2.3	Terceira etapa – Sucessão definitiva	244
5.3	Andamento – Bens de ausente	245
6.	Coisas vagas (arts. 1.170 a 1.176).....	246
6.1	Terminologia	246
6.2	Procedimento	246
7.	Interdição (arts. 1.177 a 1.186)	247
7.1	Conceito	247
7.2	Procedimento	247
7.3	Levantamento da interdição	248
7.4	Andamento da ação de interdição	249
8.	Tutela e curatela (arts. 1.187 a 1.193).....	250
8.1	Tutela	250
8.2	Curatela	250
8.3	Procedimento	250
8.4	Remoção e dispensa de tutor ou curador	251
9.	Organização e fiscalização das fundações (arts. 1.199 a 1.204).....	251
9.1	Conceito	251
9.2	Organização	251
9.3	Fiscalização	252
9.4	Andamento da organização das fundações	253
10.	Especialização da hipoteca legal (arts. 1.205 a 1.210).....	253
10.1	Conceito	253
10.2	Procedimento	254
10.3	Andamento da especialização da hipoteca legal	255